

**Anais do
VII Seminário Multidisciplinar ENIAC Pesquisa 2015
VII Encontro Da Engenharia Do Conhecimento Eniac
VII Encontro De Iniciação Científica Eniac
VII Fábrica de Artigos**

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

*THE DISTANCE EDUCATION AND ITS IMPACT ON PUBLIC
POLICY: TEACHER TRAINING*

**Ailton Ferreira Pietri
Julio Gomes Almeida**

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou a presença da Educação a Distância nos processos de formação de professores e tendo como objetivo principal entender como o estado brasileiro vêm utilizando essa modalidade de ensino na formação dos professores que atuam ou que virão a atuar na educação básica. Para desenvolvimento da pesquisa foi escolhida a abordagem qualitativa e os dados foram produzidos por meio de análise bibliográfica e documental a partir da literatura sobre o tema e de leis e normas que vem organizando essa modalidade no sistema educacional brasileiro. Os dados revelam que a Educação a Distância vem sendo assumida como inovação tecnológica importante para o campo da educação. Assim é cada vez mais utilizada nos processos formativos, tanto pelas instituições privadas quanto pelo próprio ministério da educação que criou importantes programas de formação utilizando essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação a Distância, Formação de Professores, Inovação Tecnológica e Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper presents the results from a research that investigated the presence of the Distance Education in the teachers formation processes, and its main objective is to understand how Brazilian state has been using this teaching modality in the formation of the teachers who act or will act in the basic education. For the research development it was chosen the qualitative approach and data were produced by bibliographical and documental analysis from the literature, laws and rules that have been organizing this modality on Brazilian education system. Data reveal that Distance Education has been considered an important technological innovation for education field. Thus, it is becoming more widely used in the formation processes, by both private institutions and Education Ministry, which created important formation programs by using this teaching modality.

Keywords: Distance Education, Teachers Formation, Technological Innovation and Public Policies.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os dados de uma pesquisa que buscou estudar a Educação a Distância no Brasil, buscando entender a presença desta modalidade de ensino na formação de professores. A ideia de estudar esse tema surgiu da minha experiência como professor e sociólogo que, no trabalho cotidiano busca entender o contexto em que está inserido. Assim entender a presença dessa modalidade

nos contextos formativos emergiu como uma necessidade relacionada com minha prática enquanto educador preocupado em desenvolver meu trabalho considerando o contexto social e tecnológico e os recursos que deles fazem parte.

O estudo revela que a educação a distância é cada vez mais presente nos cursos de formação de professores tanto na formação inicial quanto na formação continuada. Essa presença é evidenciada não apenas pela quantidade de cursos e programas que utilizam a educação à distância como ferramenta, mas também como esforço do Governo Federal no sentido de ampliar o acesso à escolarização e melhorar a formação de professores já formados utilizando-se deste recurso. Neste sentido destaca-se no estudo três programas que integram a política de formação de professores que vem sendo implementada no Brasil. São eles: Universidade Aberta do Brasil (UAB), Proformação e Pró-Licenciatura.

Para desenvolvimento da pesquisa optei pela abordagem qualitativa e os dados foram produzidos por meio da análise bibliográfica e documental feita a partir do estudo da literatura da área e de documentos oficiais por meio do qual o governo brasileiro vem buscando normatizar essa modalidade de ensino no nosso sistema educacional. A opção por esse procedimento decorre da constatação que ele é adequado ao objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa. Estudar a questão pareceu bastante relevante, pois ao examinar a literatura pertinente facilmente constata-se que apesar do vasto material produzido sobre esse assunto, muitas dúvidas pairaram no ar em relação a essa modalidade

a começar pela falta de consenso na definição do conceito educação à distância. A definição deste conceito é controversa e, embora na Lei 9.394 seja empregada a expressão Educação a Distância, há autores como Chaves (1999) que consideram esse termo impróprio.

Hoje, através da internet, das tecnologias, dos livros, filmes, programas educativos, de televisão, etc é possível ensinar a distância a todo tempo e a todo o momento, onde quer que o indivíduo se encontre. Percebe-se a superação de muitas barreiras geográficas antes impossíveis de ser transpostas sem os recursos tecnológicos hoje disponíveis. Neste sentido vale atentar para Chaves (1999) quando afirma que ensinar a distância é algo perfeitamente normal e possível graças a essas facilidades que têm contribuído para isso, pois com esforço, empenho e dedicação é possível aprender.

Segundo Chaves (1999),

Ensinar a distância, porém, é perfeitamente possível e, hoje em dia, ocorre o tempo todo -- como, por exemplo, quando aprendemos através de um livro que foi escrito para nos ensinar alguma coisa, ou assistimos a um filme, um programa de televisão, ou um vídeo que foram feitos para nos ensinar alguma coisa, etc. A expressão "ensino a distância" faz perfeito sentido aqui porque quem está ensinando -- o "ensinante" -- está "especialmente distante" (e também distante no tempo) de quem está aprendendo -- o "aprendente". (O termo "distância" foi originalmente cunhado para se referir ao espaço, mas pode igualmente bem ser aproveitado para se referir ao tempo). (CHAVES, 1999, p.1).

Embora os termos Educação a Distância e Ensino a Distância sejam recorrentes nas leituras, eles não são sinônimos entre si. Talvez a ênfase dada a um termo em relação a outro, seja a compreensão

e o entendimento que seus defensores tenham sobre o tema. De modo, que nenhum deles sobrepõe ao outro, mas acabam se complementando. A realização da pesquisa possibilitou o diálogo com autores que vêm se dedicando ao estudo dessa modalidade, também permitiu analisar a legislação pertinente.

A pesquisa revela que a educação a distância é cada vez mais presente nos cursos de formação de professores na modalidade inicial e continuada. Tanto nos cursos oferecidos pelas instituições privadas quanto em cursos e programas de formação oferecidos pelas instituições públicas. A pesquisa revela também que o estado brasileiro vem investindo bastante na educação a distância como instrumento de facilitação do acesso à escolarização e também como mecanismo que possibilita melhoria da capacidade dos profissionais já formados. Dentre as várias iniciativas do governo federal neste sentido destaquei três programas que pela leitura de documentos oficiais percebe-se que tem sido objeto de investimentos significativos: a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Proformação e o Pró-Licenciatura, programas que serão apresentados como exemplo da utilização do Ensino a Distância na formação de professores por parte do estado brasileiro.

1 – UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é composto por ações interligadas de universidades públicas que oferece cursos de nível superior e constitui-se em instrumento importante na ampliação do acesso a esse nível de ensino com utilização da tecnologia da educação a distância. É voltado para os professores que trabalham na educação básica e têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. O sistema de Universidade Aberta (UAB)¹ foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006.

O sistema se volta prioritariamente para a formação de professores tanto no que se refere à modalidade inicial quanto à continuada. Essa opção revela o entendimento de que o poder público acredita que melhorar a formação dos professores constitui passo importante no processo de melhoria da qualidade da educação.

O Decreto estabelece também o regime de colaboração entre os entes federativos como metodologia adotada para que o sistema cumpra suas finalidades e objetivos, “mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial” (Art. 2º).

Além disso, é também estabelecido pelo referido decreto os critérios para organização do sistema, a necessidade de garantia de padrão de infraestrutura e recursos humanos adequados e a fonte de recursos necessários ao seu desenvolvimento.

¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> acesso em 17 de julho de 2014.

2 – PROFORMAÇÃO

Outro programa governamental que merece destaque quando se refere às políticas públicas de formação de professores é o Proformação². Este programa tem como foco a formação, a capacitação de professores que se encontram no exercício da docência sem a titulação mínima legalmente exigida, os chamados professores leigos. Foi criado como estratégia para aprimorar o desempenho do sistema de Educação Fundamental em todas as regiões do país.

Para desenvolvimento do programa é utilizada a educação a distância e conta com material impresso, videográficos e encontros presenciais. As atividades do programa são concentradas nos períodos de férias e aos sábados e também utiliza no processo de formação atividades de práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas onde os professores atuam. Oferece aos participantes, habilitação para o magistério na modalidade normal.

Sua criação teve início em 1997, a partir da articulação entre a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Cultura – SEED/MEC, e o Fundo de Fortalecimento da Educação – FUNDESCOLA e, além desses órgãos, envolve também os Estados e Municípios, onde sugeriram, por meio de celebração de parcerias, o desenvolvimento deste programa. Tendo iniciado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A implantação das

primeiras turmas – o chamado Grupo I – aconteceu em 1999, como um Projeto Piloto, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, capacitando em junho de 2001, cerca de 1.323 professores.

Já no ano de 2000, foi implantado o Grupo II, abrangendo outros Estados como Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins, onde mais de 22.056 professores foram habilitados.

Este programa foi financiado pelo Fundescola que administra recursos provenientes do Banco Mundial. Desde o lançamento do Proformação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem sido parceiro da Secretaria de Educação a Distância (SEED), na sua execução.

Para concretização deste programa foi muito importante à utilização das novas tecnologias que permitiram que o programa fosse concretizado por meio da Educação a Distância. O desafio que hoje se coloca para o MEC é consolidar o programa e expandi-lo, transpondo as barreiras regionais encontradas na área educacional em nosso país. No proformação³, o funcionamento ocorre pela modalidade de Educação a Distância, utilizando materiais de autoinstrução (vídeo e impresso), produzidos especialmente para o curso com atividades individuais e coletivas, além de um serviço de apoio ao aprendizado realizado pela equipe de professores formadores e por tutores.

² Disponível em <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/>> acesso em 17 de julho de 2014.

³ Disponível em:
<<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/estrutura.asp>>
acesso em 17 de julho de 2014.

3- PRÓ-LICENCIATURA

Finalmente destaco outro programa criado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), e que também exemplifica a utilização da educação a distância como ferramenta de formação pelo estado brasileiro que é o Pró-Licenciatura. Esse programa foi criado em 2005, com objetivo de oferecer formação inicial à distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio dos sistemas públicos de ensino, que não possuíssem habilitação legal, ou seja, licenciatura para o exercício da função.

Por meio deste programa o governo procura implementar uma política pública de formação inicial em parceria com as instituições de Ensino superior com objetivo de superar as deficiências da formação dos professores que atuam nos sistemas públicos de ensino.

O Pró-Licenciatura⁴ - Programa de Formação Inicial voltado para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio trava uma luta constante pela melhoria da qualidade do ensino oferecido na Educação Básica de nosso país. Foi criado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a coordenação das Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação a Distância (SEED) e com ajuda e participação das Secretarias de Educação Especial (SEESP) e Educação Superior (SESU).

⁴Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/proli_an3.pdf> Acesso em 17 de julho de 2014.

Os documentos oficiais colocam como objetivo do Pró-Licenciatura está em aprimorar a qualidade de ensino na educação básica através de formação inicial sólida e contextualizada do professor em sua área de atuação.

A participação das secretarias estaduais e municipais nesse programa acontece por meio da adesão dos interessados. Para participar, o professor precisa estar lecionando há pelo menos um ano na escola pública, e não possuir a licenciatura exigida por lei para lecionar. A formação é inteiramente gratuita e os professores selecionados pelas instituições em processo seletivo, recebem bolsa de estudos. Esse programa pode ser desenvolvido somente no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Dentro do contexto apresentado, algumas ações foram sugeridas para enfrentar esses desafios, tendo como base os seguintes eixos:

- a formação consistente e contextualizada do educador nos conteúdos de sua área de atuação;
- a formação teórica, sólida e consistente sobre educação e os princípios políticos e éticos pertinentes à profissão docente;
- a compreensão do educador como sujeito capaz de propor e efetivar as transformações político-pedagógicas que se impõem à escola;
- a compreensão da escola como espaço social, sensível à história e à cultura locais;
- a ação afirmativa de inclusão digital, viabilizando a apropriação pelos educadores das tecnologias de comunicação e informação e seus códigos;

- o estímulo à construção de redes de educadores para intercâmbio de experiências, comunicação e produção coletiva de conhecimento.

Ao estabelecer esses eixos, o governo tenta construir um programa dinâmico e sólido, que atenda os anseios dos professores que não possuem um curso de licenciatura e de quebra, atende também a determinação do MEC.

Para que ocorra esse programa é necessária parceria com as instituições que oferecem cursos de licenciatura a distância, sendo que a duração de seus cursos não pode ser inferior aos cursos presenciais, deverá, sim, ser igual ou superior, permitindo ao professor-aluno manter sua atividade como docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um tema hoje muito estudado, a educação à distância ainda desperta muita polêmica, pois reforça as discussões sobre inovação em um campo marcado pelo tradicionalismo. A ideia de inovação associada à utilização de novas tecnologias nos processos educativos tem sido um dos princípios organizadores das propostas de educação a distância. A pesquisa fez emergir uma questão importante que me fez refletir: É possível o oferecimento de Educação de qualidade na modalidade à distância? Os dados da pesquisa revelam que podemos sim, ter a oferta de uma educação à distância com qualidade, muito embora essa modalidade seja vista com certa desconfiança.

A pesquisa revela ainda que a educação a distância vem se consolidando no campo da formação acadêmica e profissional. Hoje, aquele que atua em qualquer área dificilmente poderá exercer sua profissão sem recorrer às novas tecnologias e à possibilidade de receber e transmitir informações a distância. Essa situação vem forçando professores a se aperfeiçoarem cada vez mais, inclusive para utilização desse recurso no exercício da profissão.

Com relação à presença do ensino a distância na formação de professores criação dos programas é possível perceber que o estado brasileiro por meio do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de educação vem investindo nesta modalidade por meio do incentivo ao surgimento de cursos que a utilizem e também por meio da criação de programas que utilizam as tecnologias para proporcionar o ensino a distância, como acontece com os programas Universidade Aberta do Brasil (UAB), Proformação e Pró-Licenciatura.

A criação e a implantação desses programas na área educacional têm demonstrado amadurecimento e coragem dos governos nas políticas de formação e aperfeiçoamento dos nossos professores, em todo o país. Há que ressaltar o empenho e a disposição deles nessa luta, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. Campinas. SP: Autores Associados, 1999.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> acesso em 17 de julho de 2014.

CHAVES, Eduardo. O.C. Tecnologia na Educação: Conceitos Básicos. São Paulo, 1999. Disponível em <<http://www.feg.unesp.br/~saad/zip/EADConceitosBasicos.htm>> acesso em 17 de julho de 2014.

GARCIA, W.E. (Coord.) Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas. – 3ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.- (Coleção educação contemporânea).

MERCADO, L.P.L.; KULLOK, Maísa B.G. (Orgs.). Formação de Professores: política e profissionalização. – Maceió: EDUFAL, 2004.

² Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> acesso em 17 de julho de 2014.

³ Disponível em <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/>> acesso em 17 de julho de 2014.

⁴ Disponível em <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/estrutura.asp>> acesso em 17 de julho de 2014.

⁵Disponível em<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/poli_an3.pdf> acesso em 17 de julho de 2014.